



Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

*Recebido
Em 20/7/2017*

Manoel Roberto do Carmo
Diretor Legislativo

Em 19 de julho de 2017.

23.ª Sessão Data 01/08/2017
Encaminhamento As Aduas
comissões para parecer.

Presidente

MENSAGEM Nº22

Senhor Presidente,

Encaminho a essa Colenda Câmara, Projeto de Lei que dispõe sobre o projeto de lei complementar de Alteração dos §§ 1º e 2º do Art. 1º da Lei Complementar nº 431 de 13 de outubro de 2005 (alterada pela Lei Complementar 552 de 11 de dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 578 de 10 de dezembro de 2010) e adota outras providências”

Em linhas gerais, objetiva a proposta ora encaminhada a essa Casa, promover ajustes na Lei permitindo o parcelamento de débitos tributários pertinente ao exercício financeiro de 2016 e outras providências conforme projeto.

Esclarecemos ainda, que quando há o parcelamento de débitos sem a inclusão do exercício imediatamente anterior, a Procuradoria Fiscal da Secretaria de Fianças encontra dificuldades de suspender a Execução Fiscal em trâmite, pois um dos exercícios devidos não está parcelado, criando entraves para administração municipal e para o contribuinte.

Considerando a importância da matéria, solicito urgência na análise e aprovação do presente projeto.

Aproveito a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevado apreço a Vossa Excelência.

Atenciosamente,

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
PREFEITO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE
PRAIA GRANDE-SP



Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

LEI COMPLEMENTAR Nº

015 /17

DE XXX DE XXX DE 2017.

“Altera os §§ 1º e 2º do Art. 1º da Lei Complementar nº 431 de 13 de outubro de 2005 (alterada pela Lei Complementar 552 de 11 de dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 578 de 10 de dezembro de 2010) e adota outras providências”

O Prefeito do Município da Estância Balneária de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua XXX XXXX Sessão XXXX, realizada em XXX de XXX de 2017, aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º da Lei Complementar 431, de 13 de outubro 2005, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

§ 1º Para os débitos vencidos no exercício imediatamente anterior ao ano de adesão ao programa, o parcelamento será realizado em no máximo 12 (doze) vezes e não incidirá os descontos previstos nesta lei.

§ 2º Descumprido o acordo, um novo parcelamento só será autorizado mediante o pagamento do débito com o lançamento mais antigo.

Art. 3º. Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura do Município da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXX de 2017, ano quinquagésimo primeiro da Emancipação.

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
PREFEITO

24.ª Sessão Data 08 / 08 / 2017
Encaminhamento APROVADO EM
PRIMEIRA VOTAÇÃO

Presidente

07.ª Sessão EXT. Data 08 / 08 / 2017
Encaminhamento APROVADO EM
SEGUNDA VOTAÇÃO

Presidente



Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Maura Ligia Costa Russo
Secretária Municipal de Governo

Registrado e publicado na Secretaria de Administração aos XXX de XXX de 2017.

Marcelo Yoshinori Kameiya
Secretário Municipal de Administração


FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº 120/17

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 03 fls. referentes a(o)
Projeto de Lei Complementar nº 015/17 e uma folha de informação.

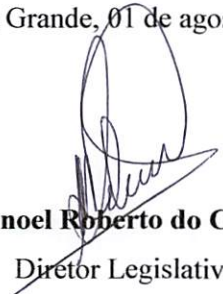
Praia Grande, 01 de agosto de 2017.



José de Jesus Ferreira Gonçalves
Agente Administrativo

A Assessoria jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 01 de agosto de 2017.



Manoel Roberto do Carmo
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

À DIRETORIA LEGISLATIVA
SENHOR DIRETOR:

Trata o presente processo de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Executivo Municipal, assim ementado: Altera os §§ 1.º e 2.º do artigo 1.º da Lei Complementar n.º 431, de 13 de outubro de 2005 (alterada pela Lei Complementar n.º 552, de 11 de dezembro de 2009 e Lei Complementar n.º 578, de 10 de dezembro de 2010) e adota providências correlatas.

Trata-se de matéria da exclusiva competência do Executivo, por se tratar de parcelamento de débitos tributários, razão pela qual não há vícios de inconstitucionalidade que impeçam a sua apreciação pelo Poder Legislativo.

Diz a Lei Orgânica do Município:

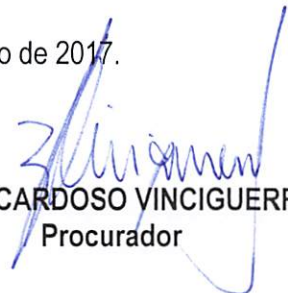
ARTIGO 49 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

III - matéria tributária e orçamentária;

A proposta permite que o contribuinte realize parcelamento de dívidas de tributos municipais, incluindo os débitos do exercício imediatamente anterior, nas condições que especifica.

Nesse passo é que o projeto ora apresentado, não encontra outras restrições de ordem legal ou regimental que impeçam a sua apreciação pelo Colendo Plenário, merecendo parecer favorável.

Praia Grande, 01 de agosto de 2017.


FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA
Procurador



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

SENHOR PRESIDENTE:

Para a elevada deliberação das Doutas Comissões.

Praia Grande, 01/08/2017.

MANOEL ROBERTO DO CARMO
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

PROCESSO Nº 120/17
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/17
AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO e de FINANÇAS E ORÇAMENTO
Relator: Vereadora TATIANA TOSCHI MENDES
PARECER CONJUNTO

Senhor Presidente:

Às catorze horas e dez minutos do dia dois de agosto de dois mil e dezessete, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Executivo Municipal, assim ementado: Altera os §§ 1.º e 2.º do artigo 1.º da Lei Complementar n.º 431, de 13 de outubro de 2005 (alterada pela Lei Complementar n.º 552, de 11 de dezembro de 2009 e Lei Complementar n.º 578, de 10 de dezembro de 2010) e adota providências correlatas.

Trata-se de matéria da exclusiva competência do Executivo, por se tratar de parcelamento de débitos tributários, razão pela qual não há vícios de inconstitucionalidade que impeçam a sua apreciação pelo Poder Legislativo.

Diz a Lei Orgânica do Município:

ARTIGO 49 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:
III - matéria tributária e orçamentária;

A proposta permite que o contribuinte realize parcelamento de dívidas de tributos municipais, incluindo os débitos do exercício imediatamente anterior, nas condições que especifica.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Nesse passo é que o projeto ora apresentado, não encontra outras restrições de ordem legal ou regimental que impeçam a sua apreciação pelo Colendo Plenário, merecendo parecer favorável desta Comissões analisantes.

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA.


MARCELINO SANTOS GOMES

SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA


TATIANA TOSCHI MENDES


EDUARDO RODRIGUES XAVIER

ROBERTO ANDRADE E SILVA


LEANDRO RODRIGUES CRUZ



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: 02 - PROC. 120/17 - PLC. 15/17 - 24: S.O.
PARCELAMENTO

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	Dimas	12:05	12:07
2	Rômulo	12:07	12:09
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 08 / 08 / 2017.

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

Matéria : Projeto de Lei Complementar nº 15/2017

Autoria : Executivo Municipal

Ementa : Altera os parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 431, de 13 de outubro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 552, de 11 de dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 578, de 10 de dezembro de 2010 e adota providências correlatas.

Reunião : 24º Sessão Ordinária
Data : 08/08/2017 - 12:08:53 às 12:09:10
Tipo : Nominal
Turno : 1ª Votação
Quorum : Maioria Absoluta
Condição : 10 votos Sim
Total de Presentes : 18 Parlamentares

N. Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ALEXANDRE CORREA COMIN	PTB	Sim	12:08:58
2	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Sim	12:09:03
3	DIMAS ANTONIO GONÇALVES	PEN	Sim	12:08:59
4	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Não Votou	
5	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PMDB	Sim	12:08:59
6	EDUARDO RODRIGUES XAVIER	PMDB	Sim	12:09:03
7	HUGULINO ALVES RIBEIRO	PMDB	Sim	12:08:58
8	ISAIAS MOISES DOS SANTOS	PTB	Sim	12:08:59
9	JANAINA BALLARIS	PT	Não Votou	
10	JOÃO ALVES CORREA NETO	PSC	Sim	12:09:02
11	LEANDRO RODRIGUES CRUZ	PSB	Sim	12:08:58
12	MARCELINO SANTOS GOMES	PMDB	Sim	12:09:00
13	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Não Votou	
14	NATANAEL VIEIRA DE OLIVEIRA	PRP	Sim	12:08:59
15	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	12:08:58
16	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Sim	12:08:56
17	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PSD	Sim	12:09:02
18	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSDB	Sim	12:09:02
19	TATIANA TOSCHI MENDES	PMDB	Sim	12:09:02

Totais da Votação :

SIM NÃO

16 0

100,00% 0,00%

TOTAL

16

Resultado da Votação :

APROVADO

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

Matéria : Projeto de Lei Complementar nº 15/2017 2ª votação
Autoria : Executivo Municipal

Ementa : Altera os parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 431, de 13 de outubro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 552, de 11 de dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 578, de 10 de dezembro de 2010 e adota providências correlatas.

Reunião : 7º Sessão Extraordinária
Data : 08/08/2017 - 12:59:21 às 12:59:38
Tipo : Nominal
Turno : 2ª Votação
Quorum : Maioria Absoluta
Condição : 10 votos Sim
Total de Presentes : 17 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ALEXANDRE CORREA COMIN	PTB	Sim	12:59:25
2	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Sim	12:59:27
3	DIMAS ANTONIO GONÇALVES	PEN	Sim	12:59:26
4	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Não Votou	
5	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PMDB	Sim	12:59:31
6	EDUARDO RODRIGUES XAVIER	PMDB	Sim	12:59:27
7	HUGULINO ALVES RIBEIRO	PMDB	Sim	12:59:28
8	ISAIAS MOISES DOS SANTOS	PTB	Sim	12:59:30
9	JANAINA BALLARIS	PT	Não Votou	
10	JOÃO ALVES CORREA NETO	PSC	Sim	12:59:27
11	LEANDRO RODRIGUES CRUZ	PSB	Sim	12:59:26
12	MARCELINO SANTOS GOMES	PMDB	Sim	12:59:28
13	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Não Votou	
14	NATANAEL VIEIRA DE OLIVEIRA	PRP	Sim	12:59:27
15	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	12:59:27
16	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Sim	12:59:30
17	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PSD	Sim	12:59:28
18	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSDB	Sim	12:59:27
19	TATIANA TOSCHI MENDES	PMDB	Sim	12:59:32

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	16	0	16
	100,00%	0,00%	
Resultado da Votação :	APROVADO		

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Est. de São Paulo

AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2017

“Altera os §§ 1º e 2º do Art. 1º da Lei Complementar nº 431 de 13 de outubro de 2005 (alterada pela Lei Complementar 552 de 11 de dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 578 de 10 de dezembro de 2010) e adota outras providências”

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:

Art. 1º. Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º da Lei Complementar 431, de 13 de outubro 2005, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

§ 1º Para os débitos vencidos no exercício imediatamente anterior ao ano de adesão ao programa, o parcelamento será realizado em no máximo 12 (doze) vezes e não incidirá os descontos previstos nesta lei.

§ 2º Descumprido o acordo, um novo parcelamento só será autorizado mediante o pagamento do débito com o lançamento mais antigo.

Art. 2º. Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Em 08 de Agosto de 2.017


EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
Presidente


PAULO EMILIO DE OLIVEIRA
1º Secretário

JANAINA BALLARIS
2º Secretário

SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Em 08 de Agosto de 2.017


Manoel Roberto do Carmo
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Em 08 de Agosto de 2.017.

OFÍCIO GPC-L Nº 141/17

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autógrafo Lei Complementar nº 14/2017 relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 15/2017, de autoria desse Executivo Municipal, o qual veio a esta Casa capeado pela Mensagem nº 22/2017 e que “altera os §§ 1º e 2º do Art. 1º da Lei Complementar nº 431, de 13 de outubro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 552, de 11 de dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 578, de 10 de dezembro de 2010 e dá outras providências”, aprovado em Segunda Discussão por ocasião da Sétima Sessão Extraordinária, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura, realizada nesta data.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,


EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
Presidente



Excelentíssima Senhora
MAURA LÍGIA COSTA RUSSO
DD. Prefeita, em exercício, da Estância Balneária de
PRAIA GRANDE



Claudia Garzelli
RF 10585